

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

FLÁVIA ADRIANA PEREIRA FAGUNDES

**A BNCC E A EDUCAÇÃO LITERÁRIA: UM OLHAR SOBRE O ENSINO DE
LITERATURA NO ENSINO FUNDAMENTAL**

**São Sepé
2021**

FLÁVIA ADRIANA PEREIRA FAGUNDES

**A BNCC E A EDUCAÇÃO LITERÁRIA: UM OLHAR SOBRE O ENSINO DE
LITERATURA NO ENSINO FUNDAMENTAL**

Trabalho de Conclusão de Curso
Apresentado ao curso de Letras –
Português da Universidade Federal do
Pampa/Universidade Aberta do Brasil,
Polo São Sepé, como requisito parcial
para obtenção do título de licenciada em
Letras – Português.

Orientador: Santiago Bretanha.

**São Sepé
2021**

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos
pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do
Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais) .

F156b Fagundes, Flávia Adriana Pereira

A BNCC e a Educação Literária: um olhar sobre o ensino de
literatura no Ensino Fundamental / Flávia Adriana Pereira
Fagundes.

23 p.

Trabalho de Conclusão de Curso(Graduação)-- Universidade
Federal do Pampa, LETRAS - PORTUGUÊS E LITERATURAS DE LÍNGUA
PORTUGUESA, 2021.

"Orientação: Santiago Bretanha".

1. BNCC. 2. Ensino de Literatura. 3. Educação Literária. I.
Título.

FLÁVIA ADRIANA PEREIRA FAGUNDES

**A BNCC E A EDUCAÇÃO LITERÁRIA: UM OLHAR SOBRE O ENSINO DE LITERATURA NO
ENSINO FUNDAMENTAL**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Letras
Português/UAB da Universidade
Federal do Pampa, como requisito
parcial para obtenção do Título de
Licenciado em Letras.

Trabalho defendido e aprovado em: 17 de dezembro de 2021.

Banca examinadora:

Prof. Me. Santiago Bretanha Freitas

Orientador

(UNIPAMPA/UAB/UFPeI)

Prof^a Ma. Virgínia Barbosa Lucena Caetano

(UNIPAMPA/UAB/UFPeI)

Prof. Me. Renan Cardozo Gomes da Silva

(UFPeI)



Assinado eletronicamente por **Santiago Bretanha Freitas, Usuário Externo**, em 28/12/2021, às 09:55, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **Renan Cardozo Gomes da Silva, Usuário Externo**, em 28/12/2021, às 09:57, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **Virginia Barbosa Lucena Caetano, Usuário Externo**, em 28/12/2021, às 10:25, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.unipampa.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0703544** e o código CRC **A54BAD5F**.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	07
2 METODOLOGIA	08
3 REVISÃO DA LITERATURA	10
4 ANÁLISE DOS RESULTADOS	17
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	21
REFERÊNCIAS	22

A BNCC E A EDUCAÇÃO LITERÁRIA: UM OLHAR SOBRE O ENSINO DE LITERATURA NO ENSINO FUNDAMENTAL

Flávia Adriana Pereira Fagundes¹

RESUMO

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) foi publicada pela primeira vez em 2015, sendo caracterizada como um documento que normatiza a elaboração das propostas curriculares da educação básica no Brasil. Em sua construção, busca-se sedimentar os princípios gerais apresentados pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). Seu propósito é o de situar conhecimentos, competências e habilidades que todos os estudantes devem alcançar e fortalecer no decorrer de sua formação básica. Diante desses pressupostos, o presente trabalho tem o objetivo de compreender os modos como a BNCC prevê o ensino de literatura no ensino fundamental. Para tanto, realiza uma análise de três excertos da BNCC através de uma pesquisa qualitativa, empregando os pressupostos teóricos e metodológicos da pesquisa bibliográfica (GIL, 2002). Através da pesquisa qualitativa e das análises realizadas, compreende-se que a BNCC não abrange suficientemente as habilidades pertinentes ao desenvolvimento do leitor literário, assim como também não apresenta direções metodológicas para que a educação literária e a formação de leitores literários se efetuem no ensino fundamental.

Palavras-chave: BNCC. Ensino de literatura. Educação Literária.

RESUMEN

La Base Curricular Nacional Común (BNCC) fue publicada por primera vez en 2015, caracterizándose como un documento que regula la elaboración de propuestas curriculares para la educación básica en Brasil. En su construcción, busca sedimentar los principios generales presentados por la Ley de Directrices y Bases (LDB) y los Parámetros Curriculares Nacionales (PCN). Su finalidad es situar los conocimientos, habilidades y destrezas que todo alumno debe alcanzar y potenciar durante su educación básica. Dados estos presupuestos, este trabajo pretende comprender las formas en que la BNCC prevé la enseñanza de la literatura en la escuela primaria. Para ello, realiza un análisis de tres fragmentos de la BNCC mediante una investigación cualitativa, empleando los fundamentos teóricos y metodológicos de la investigación bibliográfica (GIL, 2002). A través de la investigación cualitativa y de los análisis realizados, se comprende que la BNCC no cubre suficientemente las habilidades relevantes para el desarrollo de los lectores literarios, así como no presenta orientaciones metodológicas para que la educación literaria y la formación de lectores literarios tengan lugar en las escuelas primarias.

Palabras clave: BNCC. Enseñanza de literatura. Educación Literaria.

¹ Acadêmica do Curso de Letras – Português da Universidade Federal do Pampa/Universidade Aberta do Brasil, São Sepé, e-mail: flaviafagundes.aluno@unipampa.edu.br.

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como objetivo compreender os modos como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) prevê o ensino de literatura no Ensino Fundamental. Referindo-se à literatura, a Base enfoca que o Ensino Fundamental deve ter como base as práticas com a literatura e que os textos colaboram com o desenvolvimento do prazer pela leitura. Portanto, a literatura tanto contribui para que se desenvolva no aluno o gosto pela leitura, quanto a formação de sua subjetividade, sendo então de grande importância que o professor esteja sempre pronto a estudar, pesquisar, conhecer e reconhecer como desenvolver um trabalho escolar que, efetivamente, contribua para o desenvolvimento integral dos seus alunos.

Nesse sentido, o tema da presente pesquisa se faz relevante, pois é necessário conhecer as práticas mobilizadas para garantir o direito dos estudantes a uma educação que estimule o seu desenvolvimento pleno. Essa perspectiva vai ao encontro da necessidade de que a organização pedagógica do Ensino Fundamental seja articulada à BNCC, documento que regulamenta quais são as aprendizagens essenciais a serem trabalhadas nas escolas brasileiras.

As Diretrizes da Política Nacional de Educação, conforme Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, no Art. 1º, dizem que “[a] educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais” (BRASIL, 1996). Além disso, vemos que a educação procura apresentar as condições mínimas necessárias para o desenvolvimento da aprendizagem na fase em que os alunos adquirem e solidificam valores, conhecimentos e habilidades. Considerando esses pressupostos, e, em articulação com as competências gerais da Educação Básica, a área de Linguagens deve garantir aos alunos o desenvolvimento de competências específicas, dentre as quais inclui-se a Literatura – pois esta não está descrita como disciplina.

Expostos estes elementos, o presente trabalho toma como seu objeto de pesquisa a BNCC, documento de caráter normativo que orienta a construção das propostas curriculares da Educação Básica no Brasil. Em específico, atentamos à base a partir do prisma específico da educação literária. Para a BNCC é importante “[v]alorizar a literatura, em sua diversidade cultural, como patrimônio artístico da humanidade” (BRASIL, 2018, p. 93). Conforme propõe um de seus eixos, é

necessário que o ensino de literatura seja norteado pela finalidade de possibilitar aos alunos refletir sobre diferentes aspectos dos textos literários. Para isso, o documento aponta para a relevância da adoção de processos metodológicos que favoreçam a leitura do texto literário como uma prática pedagógica que estimule e desperte diálogos e novos pontos de vista.

Assim, com base nos aportes da abordagem qualitativa e do método de revisão bibliográfica, conseguimos interpretar os dados ao mesmo tempo em que demos espaço para uma maior influência da subjetividade do pesquisador, que se propõe a uma abordagem mais reflexiva. Portanto, neste estudo, além da realização de pesquisas em sites e livros, primariamente, nos dedicaremos a analisar a BNCC como fonte principal, uma vez que Gil (2002) chama atenção para o fato de que a pesquisa qualitativa pode ser desenvolvida exclusivamente a partir de fontes bibliográficas.

Para que alcancemos nossos objetivos, este artigo está organizado em três seções, somados a esta introdução e a algumas considerações finais. Em 2 *Metodologia*, descrevemos as orientações metodológicas que fundamentam nosso empreendimento. Em 3 *Revisão da literatura*, fazemos uma breve descrição dos principais elementos contextuais que se implicam sobre a BNCC. Em 4 *Análise dos resultados*, por fim, realizamos nossas análises pautadas em recortes significativos da BNCC que versam sobre a educação literária.

2 METODOLOGIA

“Valorizar a literatura, em sua diversidade cultural, como patrimônio artístico da humanidade” (BRASIL, 2018, p. 93) é uma questão central para a BNCC e que ampara a sua construção. Frente a esse princípio, este trabalho assume o objetivo geral de compreender os modos como a BNCC prevê o ensino de literatura no ensino fundamental. Para tal, partimos de uma primeira constatação: a Literatura não é vista como uma disciplina independente, mas sim como um eixo transversal (acessório) abarcado pela área das linguagens. O documento diz que

[n]ão se trata, pois, no eixo Educação literária, de ensinar literatura, mas de promover o contato com a literatura para a formação do leitor literário, capaz de apreender e apreciar o que há de singular em um texto cuja intencionalidade não é imediatamente prática, mas artística. (BRASIL, 2018, p. 65).

Portanto, a nossa hipótese de leitura é a de que a BNCC não dá ênfase a aspectos fundamentais para a abordagem da literatura em sala de aula. Por exemplo, podemos citar alguns caracteres que são próprios do texto literário e que devem ser abarcados pelo seu ensino: estruturação dos diferentes gêneros, função social dos discursos, efeitos de sentidos que produzem em sociedade, elementos que constituem as condições de produção e de recepção dos textos, a relação entre leitor, texto e autor (COSSON, 2019). Ao compararmos os pressupostos da BNCC com aqueles sustentados pela teoria do letramento literário, percebemos que há uma discrepância entre ambos: para a primeira, a educação literária não deve ensinar literatura, mas fomentar a “formação do leitor” (ensino de literatura e formação do leitor são vistos como independentes); para a segunda, por sua vez, a educação literária deve se voltar às especificidades do texto literário, atrelando fruição e formação do gosto a aspectos pedagógicos, necessariamente.

Para a concretização desse estudo optamos pela pesquisa qualitativa, empregando os pressupostos teóricos e metodológicos da pesquisa bibliográfica. Esta abordagem (GIL, 2002) permite ao pesquisador o entendimento das informações em investigação, independente da data em que ocorrem, podendo então serem analisadas a qualquer época.

A abordagem qualitativa, enfatiza Godoy (1995, p. 21), “ocupa um reconhecido lugar entre várias possibilidades de se estudar os fenômenos que envolvem os seres humanos e suas intrincadas relações sociais, estabelecidas em diversos ambientes”. Possibilita entender que as ações podem ser melhor compreendidas quando observadas no contexto onde ocorrem. No caso do nosso trabalho, dedicado ao estudo de um documento oficial (a BNCC), voltamo-nos à esfera curricular que é atravessada, ao mesmo tempo, por preocupações políticas, jurídicas e pedagógicas.

A pesquisa bibliográfica, enquanto método, é apurada com base em material já conhecido, efetuada principalmente a partir de fontes impressas, acervos digitais e produções acadêmicas, pois de acordo com Gil (2002, p. 44),

[a] pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, compreendido principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas.

Assim, através da pesquisa qualitativa e bibliográfica, conseguimos interpretar os dados ao mesmo tempo em que demos espaço para uma maior influência da subjetividade do pesquisador, abrindo espaço para uma abordagem mais reflexiva. Portanto, neste estudo, além da realização de pesquisas em sites e livros, primariamente, será analisada a BNCC como fonte principal, uma vez que Gil (2002) chama atenção para o fato de que a pesquisa pode ser desenvolvida exclusivamente a partir de fontes bibliográficas.

Na análise da fonte, percebemos que a BNCC se reivindica, fundamentalmente, como um “documento de caráter normativo, que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os estudantes devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica” (BRASIL, 2018, p. 7). Ao nos voltarmos ao que a Base diz, especificamente, sobre a educação literária, interessa-nos o modo como é prescrito o ensino de literatura e o modo como ele é integrado ao currículo (ou não). Para isso, faz-se necessário recorrer, paralelamente, a alguns dos princípios do letramento literário para que se alcance um contraponto entre duas perspectivas distintas. Abordamos a BNCC, então, em diálogo com a teoria, de modo a não recairmos em uma leitura unilateral e que, meramente, buscaria “a verdade” contida no texto.

3 REVISÃO DA LITERATURA

O currículo é um componente importante da organização escolar e integra o Projeto Político Pedagógico (PPP), que cada escola possui individualmente, devendo ser pensado e revisto regularmente. Assim, entendemos que o currículo é a organização do conhecimento escolar, não podendo ser reduzido, apenas, à relação de conteúdos, mas também

[q]uestões de poder, tanto nas relações professor/aluno e administrador/professor, quanto em todas as relações que permeiam o cotidiano da escola e fora dela, ou seja, envolve relações de classes sociais (classe dominante/classe dominada) e questões raciais, étnicas e de gênero, não se restringindo a uma questão de conteúdos. (HORNBERG e SILVA, 2007, p. 1).

O currículo precisa contemplar as práticas pedagógicas praticadas pelas instituições escolares que deverão ser vivenciadas pelos alunos. Nele estão os

conteúdos que deverão ser trabalhados no processo de ensino-aprendizagem e a metodologia utilizada para os diferentes níveis de ensino. Necessita contribuir para a construção da identidade dos alunos na medida em que ressalta a subjetividade e o contexto social em que estão inseridos. Além de ensinar um determinado assunto, deve aprimorar as potencialidades e o senso crítico dos educandos.

Várias são as teorias sobre o que é currículo, cada autor adota a que melhor determina a sua visão, porém entendemos que currículo está diretamente ligado ao processo de ensino aprendizagem, formação escolar e as vivências da escolarização, tanto no que se refere aos referenciais teóricos como aos aspectos práticos da educação formal, sendo um dos caminhos que levam a aprendizagem. Porém, é necessário que o espaço educacional o legisle de acordo com a realidade dos alunos, tendo presente suas barreiras e limites, tornando-o flexível para que possa ir ao encontro das vontades e necessidades de todos, pois, de acordo com Veiga Neto (2002),

Currículo é uma construção social do conhecimento, pressupondo a sistematização dos meios para que esta construção se efetive; a transmissão dos conhecimentos historicamente produzidos e as formas de assimilá-los, portanto, produção, transmissão e assimilação são processos que compõem uma metodologia de construção coletiva do conhecimento escolar, ou seja, o currículo propriamente dito. (VEIGA NETO, 2002, p. 7)

Entender a construção curricular depende do entendimento das diversas teorias do currículo, relevantes para que se tenha um olhar mais profundo, eficiente e crítico sobre as abordagens pedagógicas – no caso deste trabalho, especificamente, o ensino da literatura. Com base nesses princípios, é possível à comunidade escolar avaliar e entender as suas propostas curriculares, como elas aparecem, se situam e o que delas pode/deve ser mudado.

Dentre os principais elementos que constroem os currículos escolares no Brasil estão os documentos oficiais em nível federal. Estes documentos oficiais para a educação básica trazem informações, consultas, orientações aos gestores para uma avaliação formativa, dando respaldo para que as práticas educativas sejam realizadas dentro dos critérios estabelecidos pelos órgãos responsáveis pela educação no país.

A grande importância dos documentos oficiais que regem o currículo da educação básica se fundamenta na medida em que oferecem ao professor e à escola

subsídios claros para a eleição dos objetivos e conteúdos que pretendem alcançar. Nesse sentido, é basilar a compreensão de que cada aluno é um ser independente. Assim, suas histórias também devem ser vistas como autônomas, permitindo que as oportunidades de aprendizado sejam alcançadas por todos, na medida que os temas e conteúdos estejam ao seu alcance.

Os documentos oficiais mais relevantes no cenário brasileiro da educação básica são a Lei nº 9.394/1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998) e a Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018).

A LDB, criada com o fim de regimentar o sistema de educação, pública e privada, no Brasil, desde a educação básica ao ensino superior, é considerada um dos documentos mais importantes na esfera educacional. Nela, afirma-se que o ensino fundamental é um dos níveis da Educação Básica no Brasil, sendo obrigatório e gratuito ao cidadão, atendendo a faixa etária a partir dos 6 anos de idade.

Os PCN são documentos oficiais que norteiam a grade curricular de uma instituição educativa. Foram instituídos com o objetivo de servirem como suporte para o professor. Através deles, oportunizou-se que o trabalho em sala de aula tenha objetivos de interesse de todos (comuns a todo o território nacional), sem que perca o horizonte de uma aprendizagem significativa, centrada nas vivências dos alunos, conforme preconiza sua sucessora, a BNCC.

A BNCC, por sua parte, foi publicada pela primeira vez em 2015, sendo caracterizada como um documento que normatiza a construção das propostas curriculares da Educação Básica no Brasil. Em sua construção, busca-se sedimentar os princípios gerais apresentados pela LDB e pelos PCN. Seu propósito é o de situar conhecimentos, competências e habilidades que todos os estudantes devem alcançar e fortalecer no decorrer de sua formação básica. A BNCC procura alinhar-se aos propósitos que o ensino brasileiro ensina, isto é, a formação integral das pessoas voltada para a promoção de uma sociedade democrática, igualitária e sem preconceitos. Assim, a BNCC é

[...] um documento normativo que define o conjunto de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica. Seu principal objetivo é ser a balizadora da qualidade da educação no País por meio do estabelecimento de um patamar de aprendizagem e desenvolvimento a que todos os alunos têm direito. (BRASIL, 2018, p. 7).

A BNCC foi proposta para que, a partir de uma base nacional comum, os estudantes tivessem a garantia de que, independentemente de onde fossem estudar, os conhecimentos seriam os mesmos, ou seja, tanto uma pessoa do Pará como outro do Rio Grande do Sul teriam conhecimentos e habilidades comuns. Outro aspecto relevante de ser destacado é que esta base indistingue escolas privadas, públicas, rurais, urbanas, pequenas ou grandes – todas compartilham as mesmas diretrizes curriculares. Trata-se de um instrumento fundamental para dar transparência e clareza sobre o que cada aluno deve aprender e ter o direito de aprender, o que por sua vez é um componente essencial para a qualidade e equidade da educação.

A BNCC começou a ser concebida em junho de 2015, após serem escolhidos quais profissionais especializados participariam dos grupos de elaboração do texto inicial. Em setembro do mesmo ano, foi aberta a oportunidade para que outras pessoas pudessem colaborar com sugestões, análises e comentários sobre a redação do texto. Em março de 2016 a primeira versão foi finalizada e em maio deste ano a segunda fase foi concluída. A BNCC é uma construção conjunta do Ministério da Educação (MEC) em parceria com Estados e Municípios, contando com mais de 12 milhões de contribuições de educadores e especialistas (nacionais e internacionais). O documento oficial foi publicado de modo atualizado em 2018.

Dada a importância de se ter uma Base Nacional Comum Curricular, o Brasil vem discutindo e empregando esforços para construí-la desde a Constituição de 1988. Em 2018, a implementação da BNCC se iniciou em todos os Estados, em regime de colaboração com os municípios, em uma sólida governança articulada com o Governo Federal.

A BNCC permite promover uma maior coerência e articulação de elementos cruciais para garantia da aprendizagem dos alunos do ensino fundamental e médio, tais como: recursos didáticos, avaliações externas, formação de professores, projetos pedagógicos e currículos de redes/escolas. Uma das propostas pedagógicas inovadoras da BNCC é garantir a chegada da Base às salas de aulas por meio da formação continuada de professores para os novos currículos, oferecendo materiais de apoio sobre como planejar e executar práticas didáticas de qualidade com os educandos.

Ela foi divulgada através de Seminários Estaduais estruturados e conectados com o Conselho Nacional de Secretários de Educação e a União Nacional dos

Dirigentes Municipais de Educação. Seus subsídios foram difundidos de forma ampla para todas e todos os especialistas, professores e alunos. Esses sujeitos foram convidados a expor seus pontos de vista sobre o material, de modo que sugerissem alterações que, caso fossem consideradas pertinentes, poderiam ser aprimoradas e acrescentadas ao documento. Esta iniciativa teve uma grande aceitação da comunidade escolar envolvida.

Partindo dessas considerações, entendemos que a BNCC e currículo não são sinônimos, pois a BNCC orienta e assinala o que é esperado do aluno no seu desenvolvimento, no seu caminho na educação básica, enquanto o currículo envolve planejamento e objetivos para o trabalho que será desenvolvido na sala de aula, frente ao aluno. Em outras palavras, a Base orienta a construção do currículo e este precisa ser arquitetado de forma que as competências e habilidades elencadas na BNCC possam ser adotadas na sala de aula. No nosso caso, em especial, interessam-nos as competências e habilidades envolvidas no ensino de literatura no ensino fundamental.

A BNCC impacta o ensino de literatura na educação básica uma vez que não a considera como disciplina, mas sim como “eixo” a ser trabalhado na escola, cujo fundamento está em “[...] valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural” (BRASIL, 2018, p. 155). Depreendemos que a literatura é tratada como uma produção artístico cultural, enquanto os textos literários são atrelados à abordagem pedagógica das “linguagens”, em sentido amplo. Essa perspectiva é apresentada na BNCC ao discorrer sobre o campo artístico-literário:

O que está em jogo neste campo é possibilitar às crianças, adolescentes e jovens dos Anos Finais do Ensino Fundamental o contato com as manifestações artísticas e produções culturais em geral, e com a arte literária em especial, e oferecer as condições para que eles possam compreendê-las e fruí-las de maneira significativa e, gradativamente, crítica. (BRASIL, 2018, p. 156).

Considerando essas afirmativas, o professor pode se perguntar: “qual o objetivo de ensinar literatura na sala de aula?” A afinidade entre literatura e ensino tem sua base na divisão disciplinar, em que a literatura é tida como apoio nas áreas equivalentes (como a língua portuguesa, por exemplo). Acreditamos, logo, que o trabalho com literatura no ensino fundamental não pode estar reduzido a uma

espécie de “hedonismo” nos anos iniciais, nem tampouco a fins de consolidação da escrita ou da competência leitora nos anos finais (COSSON, 2018), simplesmente.

A abordagem da Literatura na BNCC é fortemente associada à formação de leitores literários, com ênfase ao caráter frutivo da leitura. Ou seja, o documento visa a promoção de

[...] um sujeito que seja capaz de se implicar na leitura dos textos, de “desvendar” suas múltiplas camadas de sentido, de responder às suas demandas e de firmar pactos de leitura. Para tanto, as habilidades, no que tange à formação literária, envolvem conhecimentos de gêneros narrativos e poéticos que podem ser desenvolvidos em função dessa apreciação e que dizem respeito, no caso da narrativa literária, a seus elementos (espaço, tempo, personagens); às escolhas que constituem o estilo nos textos, na configuração do tempo e do espaço e na construção dos personagens; aos diferentes modos de se contar uma história (em primeira ou terceira pessoa, por meio de um narrador personagem, com pleno ou parcial domínio dos acontecimentos); à polifonia própria das narrativas, que oferecem níveis de complexidade a serem explorados em cada ano da escolaridade; ao fôlego dos textos. (BRASIL, 2018, p. 138).

O tipo de leitor preconizado pela BNCC, em geral, é aquele se envolve com a importância da obra, reverencia todos as demonstrações artísticas cultivando a informação, se apropria do conhecimento e gosto cultural, das transformações e diversidade das linguagens e é capaz de compreender os inúmeros modos de expressão e comunicação literária.

Sob esse sentido, o fazer literário abrange emoções, uma vez que reforça anseios, aspirações, afinidades, desejos, proporcionando que haja perguntas, argumentações e reformulações sobre questões muito próprias aos sujeitos. Portanto, o texto de literatura oportuniza a promoção de práticas de leitura subjetivas, que dão espaço às emoções e aos afetos (sejam mais simples ou mais complexos de acordo com inúmeros fatores), o que não é tão proeminente em outros gêneros estudados na escola. Como se refere Cosson, o literário permite “[...] tornar o mundo compreensível transformando a sua materialidade em palavras de cores, odores, sabores e formas intensamente humanas” (2006b, p. 17). Então, a leitura literária dá ao ser humano a capacidade de elaborar a sua realidade, humanizando-a (CANDIDO, 2011). É este o principal aspecto que garante o seu lugar na BNCC.

Entende-se assim que ler é fundamental em nossas vidas, mas nem sempre conseguimos que o aluno em sala de aula tenha essa mesma visão. Sabemos que uma parte considerável dos educandos não gosta de ler nem na sala de aula, muito

menos sozinhos. Ao trazer a Literatura para a sala de aula, atrelada a área das linguagens, o professor tem que ter a consciência que precisa transformar essa falta de interesse do aluno pela literatura. Com isso, é importante buscar que os discentes se interessem pela leitura, compreendam o que estão lendo, identifiquem a finalidade da sua prática, expressem seus posicionamentos quanto ao que é lido e que formem hábitos de leitura para além da sala de aula.

Muitos autores defendem que a literatura deve ser ensinada na escola. Para isso, mobiliza-se a noção de letramento literário, conceito que se refere às práticas sociais de linguagem que tem por base o texto literário em suas múltiplas dimensões (COSSON, 2009). É o que propõe Cosson ao dizer que

[...] devemos compreender que o letramento literário é uma prática social e, como tal, responsabilidade da escola. A questão a ser enfrentada não é se a escola deve ou não escolarizar a literatura, como bem nos alerta Magda Soares, mas sim como fazer essa escolarização sem descaracterizá-la, sem transformá-la em um simulacro de si mesma que mais nega do que confirma seu poder de humanização. (2009, p. 23)

Entendemos que o aluno não precisa ler uma obra e ao final, fazer um resumo, uma prova, por exemplo, pois no letramento literário a construção da leitura deve ser adquirida através dos instrumentos que a escola utiliza para a eficiência da leitura literária. Para isso, os aspectos avaliativos devem se organizar ao redor do debate sobre diversos requisitos importantes como a interpretação, a construção de significados, a apreensão dos objetivos e dos diversos sentidos de um texto, por exemplo. Desse modo, a noção de "leitura" defendida pela BNCC é estendida. De acordo com o próprio documento (BRASIL, 2018, p. 72), a

[...]leitura no contexto da BNCC é tomada em um sentido mais amplo, dizendo respeito não somente ao texto escrito, mas também a imagens estáticas (foto, pintura, desenho, esquema, gráfico, diagrama) ou em movimento (filmes, vídeos etc.) e ao som (música), que acompanha e cossignifica em muitos gêneros digitais.

Com base no exposto pela Base, a educação literária não deve ser pensada como um método fechado, mas, sim, como um aglomerado de métodos, técnicas, atividades socioculturais. Estas práticas englobam a inter-relação entre escritor e leitor que, por intermédio da leitura de textos literários, constroem significados em relação às suas leituras/escrita, tanto na sala de aula como na sua rede de convívio.

Então, o texto literário é visto com seriedade e não como um conteúdo educacional, simplesmente. Nesse contexto, o letramento literário tem seu destaque pela importância que dá à formação de leitores na/pela literatura, inclusive com seus clássicos. Esta ênfase muito contribui para que o aluno forme o hábito da leitura, tornando-a parte de seu dia a dia. A escolarização da literatura, sob esse ponto de vista, dá ao texto literário o devido protagonismo, o que exige a sua curricularização de modo paritário com os demais componentes curriculares, sem reduzi-lo a um eixo transversal do ensino de linguagens e/ou pretexto para a abordagem de conteúdos.

A BNCC não determina as disciplinas, mas sim os componentes curriculares que se intensificam em capacidades que necessitam ser evoluídas ao longo dos anos. Ela procura conservar um trabalho interdisciplinar através de um ensino mais contextualizado e menos separado em disciplinas, e a literatura é tida como um complemento, uma extensão destas disciplinas, que reconhece a diversidade cultural, social, política e histórica do Brasil.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Através do mecanismo de sondagem lexical oferecido pelo *software* adobe PDF Library 15.0, buscamos no documento em análise neste TCC, a BNCC, pelas ocorrências do radical *literat*-². Ao total, encontramos sessenta citações em que consta esta formulação, todas referentes ao termo “Literatura”. Deste universo, selecionamos três excertos para análise que consideramos fundamentais para os propósitos deste estudo e que configuram o nosso *corpus* de pesquisa. A partir deste momento, dedicaremos nossa atenção a realizar análises sobre o referido material.

C 01 –

Envolver-se em práticas de leitura literária que possibilitem o desenvolvimento do senso estético para fruição, valorizando a literatura e outras manifestações artístico-culturais como formas de acesso às dimensões lúdicas, de imaginário e encantamento, reconhecendo o potencial transformador e humanizador da experiência com a literatura. (BRASIL, 2018, p. 87).

² Outra possibilidade de análise seria pautada pelo radical *liter-*. Descartamos esta opção pois, do total de citações encontradas com esta construção morfológica, a porção mais expressiva se referia ao vocábulo “literal”, fugindo do escopo do tema deste trabalho em direção às figuras de linguagem.

Analisando o excerto acima e vinculando com as competências das áreas das linguagens, a BNCC nos diz que o componente curricular de língua portuguesa precisa assegurar aos estudantes o desenvolvimento de competências específicas, as quais devem seguir estes segmentos do ensino fundamental, indispensáveis para que haja um crescimento das probabilidades de informação e conhecimento dos estudantes. Essas competências englobam diversos aprendizados em variados campos de atividade humana nos quais os estudantes encontram a possibilidade de exercer plenamente a cidadania.

A citação aborda também a questão da leitura literária como imprescindível para o desenvolvimento das habilidades leitoras dos alunos. Nesse contexto, as técnicas e conhecimentos envolvidos pela leitura literária precisam ser entendidas para além da área das linguagens, promovendo-se a interdisciplinaridade. Com base nesse princípio, é fundamental que o professor, através de seu planejamento e práticas pedagógicas, procure obras diversificadas e múltiplas para apresentas aos estudantes.

Por outro lado, o documento centra a leitura literária em aspectos como “dimensões lúdicas, de imaginário e encantamento” (BRASIL, 2018, p. 87). Ao fazê-lo, o aspecto central da educação literária deixa de ser o texto literário, propriamente dito, e torna-se a dimensão frutiva que esse texto pode oferecer. Acreditamos que este deslocamento retira o protagonismo da literatura, dando a ela uma conotação acessória para atividades lúdicas, sem considerar as suas dimensões cognitivas, sociais e estéticas, que demandam conhecimentos aprofundados das linguagens, como um todo.

Portanto, sobre este tema, a postura sustentada pela BNCC, difere daquilo que propõe a noção de letramento literário. Ela presume um exercício coletivo, a encargo da escola, que deve tomar o texto literário em suas múltiplas instâncias (COSSON, 2018). Ser leitor de literatura presume saber mais que usar um livro, implica ser capaz de estabelecer relações com a obra, se colocar frente a ela, imprimindo sobre ela as suas próprias posições.

C 02 –

Para que a experiência da literatura – e da arte em geral – possa alcançar seu potencial transformador e humanizador, é preciso promover a formação de um leitor que não apenas compreenda os sentidos dos textos, mas também que seja capaz de fruí-los. Um sujeito que desenvolve critérios de

escolha e preferências (por autores, estilos, gêneros) e que compartilha impressões e críticas com outros leitores-fruidores. (BRASIL, 2018, p. 156).

Ao analisarmos a citação acima, entendemos que a BNCC, igualmente traz progressos sobre o entendimento da linguagem literária, que exhibe diferenças distintas com a linguagem escrita ordinária, ainda que apresente relações com o discurso cotidiano. A perspectiva defendida pela BNCC é a de que leitura literária (especialmente) deve ser inserida nas práticas escolares desde os anos iniciais do ensino fundamental.

Uma vez mais, o documento oficial volta-se para a peculiaridade da leitura de fruição, proeminentemente pautada nos textos literários. É sugerido que o trabalho pedagógico não pode centrar sua atenção em um gênero específico, mas na multiplicidade dos textos possíveis.

Outro elemento bastante presente no excerto em análise é a compreensão de que a linguagem literária tem um compromisso humanizador, tal como propõe Candido (2011). De acordo com a Base, ao ser mobilizada em sala de aula, a educação literária deve fazer com que os textos artísticos sejam tomados por ações que estimulem a fruição e o senso crítico dos estudantes – sem recair em práticas rotineiras e mecânicas.

Diferente do exposto na C 01, os aspectos frutivos e lúdicos deixam de ser tomados em si mesmos e, na C 02, passam a ser atrelados à humanização do leitor. Embora a noção de humanização não seja conceituada ou desenvolvida, ela advém como a capacidade que as obras estéticas possuem de ser portadora e promotora de visões de mundo, de estabelecer relações dialógicas entre sujeitos, de abrir possibilidades de integração entre conhecimentos e afetos.

Nesse ponto, a BNCC se aproxima do que propõe Cosson (2019, p. 65) sobre letramento literário ao dizer que “na escola é preciso compartilhar a interpretação e ampliar os sentidos construídos individualmente”. Para o autor, a humanização pela literatura se efetiva quando, “por meio do compartilhamento de suas interpretações, os leitores ganham consciência de que são membros de uma coletividade e de que essa coletividade fortalece e amplia seus horizontes de leitura”.

Estas questões ganham nuances particulares quando a BNCC relaciona arte e literatura. Para desdobrar esta temática, vejamos a C 03.

C 03 –

É importante que o componente curricular Arte leve em conta o diálogo entre essas linguagens, o diálogo com a literatura, além de possibilitar o contato e a reflexão acerca das formas estéticas híbridas, tais como as artes circenses, o cinema e a performance. Atividades que facilitem um trânsito criativo, fluido e desfragmentado entre as linguagens artísticas podem construir uma rede de interlocução, inclusive, com a literatura e com outros componentes curriculares. (BRASIL, 2018, p. 194).

Conforme a citação acima, os textos escritos usados como leitura são privilegiados na escola, principalmente a pública, em nosso país, o que não assegura a aprendizagem significativa, devido a maioria dos estudantes terem atividades de leitura restritas e resistência com a interpretação textual. Muitos ainda são analfabetos funcionais, ainda que interajam através das mídias com outros contextos culturais, se inserindo no mundo dos games, vídeos, jogos, desenhos, linguagens essas bem mais instigantes para a nova geração de leitores, participando da construção do conhecimento e aprendizado. No entanto, os textos verbais ainda são destacados, pois é pela palavra escrita que professores e estudantes exercitam a interação e edificam socialmente o aprendizado.

A leitura, interdisciplinaridade, contextualização são continuas no processo do ensino/aprendizagem, nas práticas pedagógicas e devem permear a interação entre as linguagens artísticas e suas formas de expressão dentro de outras linguagens em sala de aula. Seja qual for o meio que se utiliza para propagar a linguagem, envolve o que é falado e o meio como é falado e através da leitura de textos literários o professor pode integrar estes discursos com outras áreas do conhecimento a fim de também ampliar o conhecimento dos estudantes.

Na análise acima, entendemos, também, que o espaço escolar deve estar disponível para promover a inclusão da arte com as práticas sociais, culturais e tecnológicas para que a diversidade e as vinculações ocorridas durante o processo sejam valorizadas. A literatura está diretamente relacionada ao desenvolvimento de leitores fruidores, que se comprometem com a importância do estudo literário acatando as variadas expressões artísticas, ampliando o conceito de cultura.

A arte e a literatura, conforme a C 003, se entrelaçam, pois, sendo a literatura a arte da palavra e ferramenta de entrosamento social, comunicação e difusão da cultura (BRASIL, 2018), leva os alunos a refletir sobre si e o outro, o colega, o professor, o ambiente a sua volta. A literatura e a arte de modo amplo desnaturalizam

o senso comum, acirrando questionamentos sobre posicionamentos necessários para mudanças sociais e políticas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como base a análise criteriosa da BNCC, possibilitando a compreender como um documento orientador de estudo, fundamentado com a preocupação de garantia de valores como equidade, igualdade, justiça, empatia, compromisso ético, vida digna e debate democrático, versa sobre o ensino de literatura. Ao longo das discussões, dialogamos com os pressupostos do letramento literário e os modos como expande as possibilidades de abordagem do texto literário na escola.

As questões analisadas neste artigo promovem reflexões sobre como as autoridades educacionais tratam fatos importantes que fazem a história do nosso país, uma vez que, conforme dito anteriormente, se a história não for registrada e alimentada, se perde. Com base nas análises que traçamos, reconhecemos a tendência de que o ensino de literatura enfraqueça cada vez mais, uma vez que o documento oficial que orienta as grades curriculares nacionais além de não ser claro, não dá a devida importância à literatura como disciplina, que devia ser obrigatória no ensino fundamental e nos anos finais.

A BNCC enfoca que não é necessário ensinar literatura, mas sim promover a relação com a literatura para que se forme leitores literários com intenções meramente artísticas, não sendo importante que se apreenda a intencionalidade do texto e não se priorize o desenvolvimento do pensamento crítico, reflexivo com relação ao aspecto social, histórico e cultural como uma linguagem especial adquirida com conhecimento e estudo.

Nesse aspecto, a BNCC se distancia dos princípios do letramento literário, que propõem que o ensino de literatura pode propiciar ao professor um trabalho em sala de aula mais humanizado, com diálogos que, potencialmente, levam os alunos ao conhecimento, onde eles vão distinguir leitura de literatura, mesmo que uma esteja vinculada a outra. Essas observações fazem-nos pensar que a Base é distendida a distinção entre habilitar o aluno para a leitura, ampliando ações textuais e linguísticas, ou fazer-los leitores de literatura, o que ultrapassa o fazer em sala de aula em direção a uma prática mais subjetiva e significativa.

A BNCC aborda que que “[n]o eixo Educação literária, diversificam-se os gêneros literários e as estratégias de leitura literária, sempre com o objetivo maior de formar o leitor literário” (BRASIL, 2018, p. 84), assim os estudos pertinentes aos estudos literários estão situados no campo artístico literário. Portanto, a literatura não é considerada uma disciplina, mas, sim, um campo de atuação, pois de acordo com o documento,

[...] a organização das práticas de linguagem [...] por campos de atuação aponta para a importância da contextualização do conhecimento escolar, para a ideia de que essas práticas derivam de situações da vida social e, ao mesmo tempo, precisam ser situadas em contextos significativos para os estudantes. (BRASIL, 2018, p. 84).

Assim, através da pesquisa qualitativa e das análises realizadas, entendemos que a BNCC não abrange suficientemente as habilidades pertinentes ao desenvolvimento do leitor literário, assim como também não apresenta direções metodológicas para que a educação literária e a formação de leitores literários se efetuem no ensino fundamental. O campo de atuação evidenciado é, essencialmente, definido como “artístico literário”, cujos objetos de conhecimento enfocados dão primazia ao campo linguístico e/ou frutivo, comprometendo o letramento literário em sentido amplo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Lei número 9394**, 20 de dezembro de 1996. Disponível em:
[Http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 24 nov. 2021.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/introducao.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2021.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Ministério da Educação. 2018.
<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 05 nov. 2021.

CANDIDO, A. **Vários Escritos**. 5. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre o Azul, 2011.

COSSON, R. **Letramento literário**: teoria e prática. São Paulo: Contexto, 2006.

COSSON, R. **Letramento Literário**: teoria e prática. São Paulo: Contexto, 2009.

COSSON, R. **Letramento literário: teoria e prática**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2018.

COSSON, R. **Letramento literário: teoria e prática**. São Paulo: Contexto, 2019.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2002.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GODOY, A. S. **Pesquisa Qualitativa Tipos Fundamentais**. RAE, Revista de Administrações Empresas, São Paulo, v. 35, n. 3, mai/jun. 1995.

HORNBURG, Nice; SILVA, Rubia da. Teorias sobre currículo: uma análise para compreensão e mudança. **Revista de divulgação técnico-científica do ICPG**, v. 3, n. 10, p. 61-66, 2007.

VEIGA-NETO, A. De geometrias, currículo e diferenças. **Educação & sociedade**, v. 23, p. 163-186, 2002.